

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, junho de 2017, número 114. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Amazônia, violência, conflito e o massacre de Pau D'arco no estado do Pará: entrevista com Ulisses Manaças

ARTIGO DO MÊS

Violência no campo brasileiro em tempos de golpe

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

I Seminário Internacional e IV Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas sobre Educação no Campo “Políticas Educacionais para o meio rural na América Latina”

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 26 a 28 de julho de 2017.

X Jornadas Interdisciplinares de Estudios Agrarios y Agroindustriales Argentinos y Latinoamericanos

UBA/Buenos Aires – Argentina, 7 al 10 de noviembre de 2017.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá.

Autora: Juliana G. Bueno Mota.

A autora discute as diferenças geográficas entre a Reserva Indígena de Dourados e os acampamentos-tekoha, territórios onde vivem os povos guarani e kaiowá, no município de Dourados/Mato Grosso do Sul. Para baixar:

http://culturaacademica.com.br/catalogo-detalle.asp?ctl_id=613.



MATOPIBA

Realização: Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Araguaia Tocantins.

O documentário tem como objetivo informar, a partir do olhar de quem vive no Cerrado, o que é esse projeto intitulado MATOPiBA (MAranhão, TOcantins, Plauí, BAhia). Quais as causas e efeitos desse projeto na vida de todxs?

Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=A0kBXi3t0Gk>.



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Editoração: Danilo Valentin Pereira e Lucas Pauli (bolsista FAPESP).

Revisão: Juliana G. B. Mota, Leandro N. Ribeiro (bolsista CAPES), Ana L. Teixeira, Hellen C. C. Garrido (bolsista AUIP/PAEDEX), Helen C. G. M. da Silva (bolsista CNPQ), Lara C. Dalpério, Lúcia I. da Silva, Rodrigo S. Camacho e Rodolfo de S. Lima (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaína F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

AMAZÔNIA, VIOLÊNCIA, CONFLITO E O MASSACRE DE PAU D'ARCO NO ESTADO DO PARÁ: ENTREVISTA COM ULISSES MANAÇAS¹

José Sobreiro Filho

UFPA - Universidade Federal do Pará
PPGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia
NEADEC – Núcleo de Estudos e Projetos Agrários
sobre Desenvolvimento, Espaço e Conflito
NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos
de Reforma Agrária (UNESP)
sobreiro@ufpa.br - sobreirounesp@gmail.com

Ulisses Manaças

Direção Estadual e Nacional do MST
Via Campesina - Amazônia

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *É possível perceber que a situação do conflito é ampla. É possível identificar ela espacializada por toda a Amazônia e que se descortina para a sociedade a partir do momento que o capital se territorializa, sobretudo, através de uma relação promíscua com o Estado. Trazendo essa contextualização para o plano atual de violência crescente e dos fatos que ocorreram recentemente, eu gostaria de saber quantos ameaçados nós temos hoje no campo, quantas pessoas foram vítimas de violência e quais os tipos de violência que nós temos e que não se restringem à violência física, mas também ao território, à cultura etc.*

ULISSES: Aqui, nós temos segundo os números da CPT, num cálculo bem mais recente que fizemos desde 1996 que foi o ano do massacre dos Carajás até o ano de 2016, tivemos 801 assassinatos. Isso sem contar os 36 assassinatos que nós tivemos agora em 2017. Até agora em 2017 foram então 837 assassinatos no campo no Brasil e desses, no Estado do Pará, foram mais de 300 assassinatos até meados de 2017. Por que nós pegamos só desde a contabilidade de 96? Porque 96 foi o ano do massacre de Eldorado dos Carajás e foi na verdade um marco, um divisor de águas. Porque os movimentos sociais foram se dando conta ao mesmo tempo de que as forças de repressão do Estado são colaboradoras do processo de violência. Segundo, porque o Estado fez uma autocrítica pela participação daquela chacina, mas ao mesmo tempo especializou na sua forma de tratar os conflitos no campo. Então o Estado se equipou e criou tropas específicas para fazer as reintegrações de posses. Então o Estado se reorganizou para enfrentar os conflitos no campo. O que supunha para nós que teríamos uma diminuição da violência e nós não tivemos. Há vários ciclos sazonais de explosão de violência. Nós tivemos diminuição dos assassinatos, mas não a diminuição dos conflitos. Então há uma grande contradição nisso. Os conflitos se multiplicaram. Os casos de tortura, os casos de despejos violentos sejam por parte do Estado ou sejam por parte dos despejos clandestinos organizados pelos latifundiários, os atentados, as iniciativas de tentar ceifar a vida dos trabalhadores e os deslocamentos forçados de populações inteiras. Então isso gerou vários processos de violência, seja a violência psicológica com despejos de famílias inteiras que não tem para onde ir e são jogados na rua com uma atuação parcial do judiciário que garante a reintegração de posse para o latifundiário, para o grileiro de terras em terras ilegais sem ao mesmo tempo convocar para um diálogo a população que está disputando a terra. Então um processo de atuação parcial do judiciário. Ao

¹ Trecho de entrevista sobre questão agrária na Amazônia, mobilidade do conflito, violência no campo.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

mesmo tempo você tem a conivência do judiciário por conta do processo de não condenação dos mandantes e dos executores dos assassinatos no campo. Se for analisar, nós não temos condenações nos últimos casos. Pouquíssimos os que tiveram. Somente seis mandantes foram a julgamento. Você teve o caso emblemático da irmã Dorothy e os assassinos, no caso o mandante Bida e o Taradão estão na região provocando inclusive novas ameaças contra os trabalhadores na região de Altamira e na região de Anapú. Então são casos emblemáticos de violência. Mesmo no caso de Eldorado dos Carajás você teve a condenação do Coronel Pantoja e do Major Oliveira, mas eles estão respondendo em liberdade e recorrendo com a possibilidade que lhes é cabível dentro da legislação. E você teve a absolvição de todos os soldados que participaram do massacre. Isso demonstra o caso da impunidade. Então, toda essa onda de violência que está aqui tem uma atuação direta do Estado por patrocinar essa onda de violência. Mas ao mesmo tempo você tem a atuação da pistolagem que é um braço, digamos assim, clandestino do grande capital que atua perseguindo seletivamente trabalhadores e trabalhadoras do campo, assassinando. Nos casos dos assassinatos, o que colabora com o processo de violência, o que amplia a possibilidade da impunidade, em cerca de 70% de todos os casos de assassinatos no campo, é que você não tem um inquérito policial concluído. Se você não tem um inquérito policial concluído, você não tem a condenação. Você não tem a quem acusar, não tem um crime solucionado. Então esse é o grande amparo para as ações. Uma outra questão é que temos no caso dos ameaçados de morte não tem um programa, na realidade tem um programa estadual de proteção à vítima de violência, mas ele não está implementado, não está regulamentado. Está aprovado na assembleia legislativa no Estado do Pará, mas não está regulamentado e se tem no campo, com o governo Federal, um programa de proteção às vítimas de violência no campo que não tem cobertura nem de 10% de todos os problemas de ameaças de morte. Nós fizemos uma contabilidade e a última era de 2007 em que você tinha mais de 113 trabalhadores ameaçados de morte. Na maioria dos casos eram quem? Lideranças de movimentos sociais, posseiros, garimpeiros, indígenas e quilombolas. São essas as principais pessoas ameaçadas e não tem sequer nenhuma proteção do Estado. Hoje, na contabilidade nós tivemos, na última reunião com os movimentos sociais e eles estão fazendo um novo levantamento para fazer uma nova lista de ameaçados de morte. Se pegar uma lista bem parcial, tem no mínimo entre 100 e 200 lideranças e trabalhadores rurais ameaçados de morte aqui no Estado do Pará com toda certeza. Qual o grande problema? Se você comparar os assassinatos no campo com os assassinatos que ocorrem na cidade, obviamente que o número é muito maior, mas aqui, diferente dos assassinatos urbanos, aqui a violência é seletiva. As pessoas que morrem são lideranças forjadas em anos e anos de ocupação e em luta em defesa dos direitos humanos. Então o processo de assassinato aqui é seletivo, ou seja, se assassina para eliminar o processo de luta social no campo.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Observamos ao longo das últimas duas décadas uma transferência da estratégia em alguns lugares do país da pistolagem para a judicialização. Então tivemos um processo de perseguição política de diferentes lideranças e muitas sendo presas injustamente. Mas quando chegamos no caso do Pará, nos parece que isso não é ainda a atualidade. Por que ainda temos tão forte as práticas como pistolagem, assassinatos e ameaças aqui no Pará?*

ULISSES: Esse processo de judicialização está presente também no estado. Nós temos um forte processo de criminalização da luta social. Por que? Primeiro porque a luta pela terra no Pará na década de 80 quando há o processo de abertura democrática, a retomada dos grandes sindicatos aqui das mãos dos chamados pelegos e se teve um processo de lutas massivas na região. O novo sindicalismo emergiu aqui, que não era mais aquele sindicalismo ligado ao Estado, à Ditadura Militar na década de 80. Especialmente grandes sindicatos foram retomados aqui em Conceição do Araguaia, Marabá, Santarém etc. Sindicatos importantes. Toda essa região norte e nordeste do Pará, região de luta intensa da retomada da luta camponesa você tem um processo de repressão também muito brutal, mas é o grande latifúndio que a gente disputava terra, que morava aqui na região Amazônica, foi se transformando no chamado grande Agronegócio e a disputa com as grandes empresas transnacionais, então esse latifúndio também não tem mais sede aqui, esse grande Agronegócio ele não mora mais aqui na Região. Com exceção de um setor periférico, digamos assim da concentração fundiária, o setor periférico ainda mora aqui, ainda reside aqui. Então esses promovem organizações mais brutais, são esses que contratam pistoleiros, são esses que são mais insanos na sua forma de atuação, que contratam jagunços para espancar, para torturar os trabalhadores rurais, como é o caso mais específico aqui da fazenda Santa Lúcia. Ali são latifundiários grileiros de terra que procuram mesmo consolidar na brutalidade um no processo mais primitivo da posse da terra, são esses que contratam a pistolagem. As grandes empresas estão migrando para um processo mais modernizado da chamada “pistolagem” que são as empresas de segurança que a gente fala né, as grandes empresas de segurança que estão sendo controladas aqui por latifundiários, por processo de migração de modernização da repressão do campo. Mas ao mesmo tempo tem aliado a isso o processo de judicialização da disputa pela posse da terra. Se você pegar as ocupações de terras que aconteceram em áreas dominadas pela Vale do Rio Doce em fazendas do Banco Oportunity, aqui você tem um número gigantesco com o número grande de lideranças do movimento sem-terra do MST que sofre um processo na justiça. Nós tivemos três trabalhadores que foram condenados pela Vale com o Martins de Carvalho e mais dois garimpeiros que foram condenados a pagar 5 milhões de reais de indenização para a Vale por conta de interdição da ferrovia. Lutas sociais para que a Vale fizesse reparos aos seus danos ambientais na região. Condenação. Você tem advogados como Zé Batista, que é da comissão pastoral da terra, também condenados pela Vale por conta da atuação das lutas camponesas da região. E você tem agora só do MST, que nós tivemos só do MST, são 18 trabalhadores que sofrem processos, entre os quais eu, sofrem processos da Vale do Rio Doce também por conta de mobilização de massa na ferrovia da Companhia exigindo da Vale toda a reparação da atuação predatória na região dos crimes ambientais, dos crimes trabalhistas que ela comete e não tem reparação com os trabalhadores. Inclusive em terras do próprio MST, passando por dentro de assentamentos nossos e não tem nenhuma reparação e não tem nenhum compromisso com a população da região. Então tem um processo de judicialização muito forte também, muito severo, mas ao mesmo tempo a desordem, o caos fundiário do Estado por conta da inoperância, da incompetência e do patrocínio do Estado é o palco das principais tensões aqui. Segundo é que o Estado do Pará está completamente desorganizado do ponto de vista da organização das políticas públicas. Se pegar os piores indicadores sociais do Brasil, o Pará está no topo desta listagem. Pior índice da Educação Básica, os crimes ambientais do Pará encabeçando a lista dos piores estados em relação aos crimes ambientais, os

crimes em relação desrespeito à legislação trabalhista. Portanto, o Para é campeão nacional de trabalho escravo. Então o Para é, na verdade, um estado completamente desorganizado do ponto de vista das políticas civilizatórias e que é isso que as populações exigem. Então isso é, digamos assim, um grande amparo, um grande combustível para essa explosão de violência generalizada.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Nas palavras dos movimentos, como ocorreu o Massacre de Pau D'Arco?*

ULISSES: Bom, agora nós estamos vivendo em um processo de espera da perícia, do resultado da perícia, que os setores públicos estão fazendo em relação ao conflito. Mas, de certa forma, o que que já está segundo o depoimento dos sobreviventes? Essa área foi reocupada agora recentemente depois dos dois processos de reintegração de posse na fazenda Santa Lúcia. Foi reocupada recentemente por esses mesmos trabalhadores. Ainda não tinham conseguido nem montar o acampamento na área. Estavam na área, estavam ainda montando o acampamento, quando teve uma operação da polícia militar de Redenção, que não é uma polícia especializada para conflitos agrários muito menos para reintegração de posse. Não foram fazer reintegração de posse, foram, segundo a polícia, cumprir quatro mandatos de prisão e quatorze de busca e apreensão. Foram para a região. Segundo os relatos dos sobreviventes, a polícia chegou atirando, humilhando e espancando os trabalhadores que não conseguiram fugir. Vários conseguiram fugir ainda, outros foram capturados e foram massacrados por conta da operação da polícia. Massacrados literalmente. Esse foi o relato de quem conseguiu fugir e ainda viu os policiais sorrindo, espancando, humilhando os trabalhadores e escutavam vários disparos. Esses trabalhadores fizeram esse depoimento e a imprensa, inclusive, teve acesso a esse depoimento dos que relataram esse fato. A polícia já chegou atirando, o que desmente completamente a tese inicial do sistema de segurança pública de que a polícia foi recebida com balas. Segundo, não há comprovação ainda de que aquelas armas que eles apresentam supostamente dos trabalhadores sejam dos trabalhadores. Você teve, segunda a própria OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, uma manipulação do cenário, do chamado Teatro do IBR, como eles falam como uma linguagem militar. Uma completa manipulação e alteração do cenário do conflito. Então, eles retiraram completamente os corpos da região, impediram a autópsia na própria região, um levantamento na própria região. Eles retiraram completamente todas as cápsulas de bala. Então isso alterou completamente o cenário da chacina. Mas, de certa forma, os movimentos sociais afirmam que houve uma matança generalizada. Há denúncias de que foram financiados pelos próprios fazendeiros da região para cometer esse tipo de ação, mas isso só uma investigação mais, digamos assim, delicada vai conseguir apurar. Mas na visão dos movimentos sociais foi uma chacina, um massacre, previamente deliberado pela polícia militar, pelas forças de repressão do Estado. Não há em hipótese alguma a possibilidade de conflito. No conflito você coloca conflitantes em pé de igualdade, o que não ocorreu em hipótese alguma.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Pensando ainda essa conjuntura do Massacre eu peço nos dê uma contextualização da área e que nos dissesse quantos sobreviventes nós tivemos e quantas pessoas que não foram mortas, mas sofreram algum tipo de violência.*

ULISSES: Essa área que nós estamos falando, a fazenda Santa Lúcia, pertence ao Estado. São terras públicas estaduais. Segundo uma das informações que nós temos, são cerca de 5 mil de hectares de terra. Uma fazenda grande, são 5 mil hectares de terra, ou seja, um módulo acima do permitido aqui na região. O fazendeiro, tinha conseguido título de 600 hectares somente e o restante era terra grilada. Então foi pedida a regularização dessa área, mas não foi garantida. Portanto, uma área completamente ilegal, completamente irregular. É completamente irregular que eles permaneceram, como é típico na região. E ali chegaram a ter acampamentos de cerca de 200 famílias antes do primeiro despejo. Só que teve uma primeira reintegração de posse. Aí o pessoal fez mobilização, voltou pra área, houve novamente uma reintegração de posse e agora voltaram pra terra e não tinha ainda tempo hábil para uma nova reintegração de posse. Mas, segundo relato das pessoas, foram 10 assassinatos. Dentre eles uma mulher, uma brutalidade terrível né. Foram 7 de uma mesma família e ficaram 14 feridos. Feridos em estado grave inclusive, ainda permanecem 2 feridos em estado grave no hospital em Redenção. Então esse é o cenário e esses 2 inclusive estão sob proteção policial, infelizmente, por conta da possibilidade de ameaça. Hoje acontece lá em Redenção uma mobilização de fazendeiros, de empresários, organizada pelo sindicato de policiais e por dois deputados federais completamente irresponsáveis que estão incitando a violência. Eles que estão puxando, estimulando essa mobilização, inclusive dizendo que eram bandidos, estimulando de verdade essa violência. Então o clima na região está de completa tensão e a CPT permanece fazendo um acompanhamento disso também como proteção policial por conta das ameaças que estão acontecendo lá. Então hoje as famílias estão completamente dispersas, dispersaram. Estão dispersas e aí como eles eram, na verdade, ligadas à FETRAF, os movimentos sociais estão reunindo aí para ver quais são os procedimentos que vão tomar, mas um dos procedimentos de encaminhamento é a exigência imediata da retomada das áreas por conta do Estado para a criação do assentamento. Uma saída honrosa. E nós estamos responsabilizando diretamente o INCRA, para nós a responsabilidade é inteiramente do Instituto Nacional da Reforma Agrária por conta da origem do conflito. Não tem resolução do conflito, não teve vistoria na área e não teve sequer a desapropriação para a criação do assentamento. Segundo, a responsabilidade completa do Estado, do seu sistema de segurança incompetente e que tem na verdade atuar como um braço armado do grande latifúndio aqui na região. Então, a responsabilidade é completa do Estado. Eles já se eximiram da responsabilidade, dizendo que foram recebidos a balas. Mesmo se fossem recebidos a balas, eles tinham o dever moral de optar por um caminho mais preparado para evitar uma chacina dessa natureza. Foi na verdade patrocinado, tanto que já afastaram imediatamente um policial.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Não houve nenhum tipo de diálogo em que o INCRA pudesse prever a possibilidade desse tipo de conflito? Alguma informação que foi passada anteriormente, algo nesse sentido para que eles tivessem a noção de que isso viria a ocorrer?*

ULISSES: Tudo era plenamente evitável. Primeiro porque o Estado, ele é um mediador dos conflitos sociais. Na acepção do termo, o Estado precisa mediar os conflitos dos diversos interesses de uma determinada sociedade. Qual o problema? É que o Estado atua como um dos colaboradores do conflito, tomando posição sempre pelo lado do latifúndio e do Agronegócio. O que que acontece? Foi criado um instrumento entre o governo Brasileiro que é a chamada Comissão Nacional de Mediação de Conflitos

Agrários. Essa mesma comissão foi desmantelada, desmontada por esse governo que assumiu a Presidência da República na atualidade, no governo Temer. Então se tinha um desembargador, que era o desembargador Gercino Filho, que era o grande responsável por essa comissão nacional de mediação de conflitos agrários. Qual era o papel da comissão? Onde tinha conflito, onde tinha áreas ocupadas, essa comissão chamavam os diversos atores. O pretense proprietário ou proprietário da terra e aqueles que estavam disputando propriedade da terra, no caso posseiros ou sem teto. Chamavam os setores, conversava e procurava junto às autoridades tomar medidas para poder primeiro fazer um levantamento cartorial das propriedades, fazer vistoria da propriedade para ver se ela tinha possibilidade ou não de ser passível de reforma agrária. Essa mesma comissão que atuou no Brasil inteiro minimizando e diminuindo conflitos foi desmantelada quando assumiu a mais de um ano atrás esse governo do Michel Temer que não tem compromisso absoluto nenhum com ninguém. Então o governo demitiu essa mesma comissão, nomeou algumas pessoas para assumir a comissão, mas efetivamente a comissão não está mais atuando. Então isso gerou toda a explosão de violência no Brasil inteiro que são esses 36 assassinatos na atualidade. Segundo, o governo também tem uma comissão Estadual de mediação de conflitos agrários que não está atuando na atualidade. O que significa dizer que o Estado poderia sim atuar, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária poderia pegar das suas atribuições para primeiro fazer um levantamento também cartorial da situação, fazer uma vistoria e logo da propriedade para saber se ela era ou não passível de reforma agrária. Então isso já dá pelo menos. E a outra era buscar saber se a área era completamente regularizada, o que não é o caso dessa propriedade. Se ela fosse, se o proprietário tivesse seus direitos, era o dever do INCRA buscar uma alternativa para assentar as famílias. Só que isso não tem operação, não tem atuação e isso gerou obviamente a explosão dos conflitos.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Bom, de um lado nós temos uma mediação dos interesses, com capilaridade inclusive por meio de figuras que tem difundido pelas redes sociais alguns vídeos fazendo ataques diretos. E do outro lado nós não temos então a mediação dos conflitos a favor dos movimentos. Além disso, nós temos esse massacre, mas temos também outros potenciais. Quais são esses outros potenciais e também quais são esses protagonistas dessa mediação de interesses que não são populares dentro do Estado?*

ULISSES: Bom, primeiro é importante destacar quem são aqueles que cometem crime na região. Se tem, por exemplo, em relação aos conflitos no Pará, primeiro os interesses do Capital privado que eu já falei. Latifundiários que atuam de forma criminosa na marginalidade da lei, atuando, perseguindo e contratando pistoleiros. Existe na verdade uma atuação decisiva do que a gente chama de consórcio da morte aqui. Se você pegar todos os casos de assassinatos no campo aqui, por exemplo, você tem o caso da irmã Dorothy de 2005 em que se teve reuniões previamente marcadas com fazendeiros da região que colaboraram, patrocinaram e que os mesmos esconderam os mandantes dos assassinatos em suas propriedades. Você teve no caso o massacre do Eldorado dos Carajás, no Sindicato dos Produtores Rurais de Parauapebas, que se reuniu previamente dizendo como iriam patrocinar, financiar a própria polícia para atuar, no caso a polícia de Parauapebas e Marabá, para promover a chacina do massacre de Eldorado dos Carajás. Por isso ele já foi um assassinato, uma chacina previamente articulada. Na região do sudeste do

Pará, naquela região que vai de Marabá até Canaã dos Carajás, Parauapebas, Eldorado e Curionópolis, tiveram reuniões prévias agora dos fazendeiros dizendo que existe uma lista e nós fomos alertados dessa reunião que existiu entre os sindicatos que eles chamam de Produtores Rurais (sindicato de fazendeiros). Fizemos reuniões prévias dizendo que existe uma lista de marcados para morrer que era para todos nós lideranças do MST tomarmos muito cuidado. Essa reunião aconteceu em menos de dois meses atrás, tanto que nós fizemos uma denúncia formal na secretaria de segurança pública do Estado do Pará. Reunimos com secretários de segurança. Fizemos essa denúncia listada para a secretaria de segurança pública alertando do clima de conflito na região toda. Não foi tomada nenhuma providência e aconteceu novamente assassinatos seguidos na mesma região, ou seja, os crimes são cometidos por agentes do setor privado, nós sabemos quem são, nós denunciemos às autoridades e não há medida nenhuma em relação a isso. Na região no Baixo Amazonas também, nós sabemos quem são. Latifundiários da região, sojeiros que migram para aquela região de Santarém-Cuiabá e fazem consórcio também. E fizeram denúncias há pouco mais de dois anos. Ameaçados de morte em redes sociais, Padre Boini, Padre Gilberto, pessoas que atuam defendendo os direitos humanos na região. Na região do Marajó, os mesmos arroteiros também fazem consórcio para assassinar, para perseguir, para intimidar os trabalhadores, ou seja, existe todo um contexto, um contexto de ameaças que já são previamente estabelecidos, fazem as reuniões e promovem isso aí. Então há uma, o rastro desta situação está muito claro, basta o Estado atuar na perseguição e na repressão desses crimes. Acontece que isso não é, digamos assim, implementado.

JOSÉ SOBREIRO FILHO: *Podemos notar que há uma certa arquitetura da violência aqui, uma engenharia da violência, e que nós temos também alguns protagonistas como, por exemplo, um caso de deputado que tem sido um Think Tank do latifúndio e do Agronegócio no tocante à defesa da “propriedade privada”. Como nós poderíamos pensar algo mais ou menos nesse sentido?*

ULISSES: Isso aqui seria basicamente aquela engenharia, a operação por baixo desse processo todo. A gente fala muito de assassinato no Pará e na Amazônia. A gente sabe que é o conflito fundiário e a falta de resolução do ordenamento fundiário a raiz do problema, mas você tem os operadores do sistema né. Quem é que opera? Ninguém morre por acaso. Quem é que opera? Primeiro quem assassina quem? Quem assassina objetivamente? Quem executa são pistoleiros, empresa de segurança e a polícia. Você tem aqui esses três, digamos assim, os operadores desse sistema. Mandados por quem? Quem manda assassinar em primeiro plano? Quem manda assassinar em primeiro plano são os grandes proprietários de terra, latifundiários e grileiros de terra; empresas mais, digamos assim, organizadas do chamado Agronegócio, que são aquelas que já contratam as empresas de segurança. Nós tivemos vários conflitos. Por exemplo, nós tivemos conflito na fazenda Maria Bonita, que é do Banco Opportunity. Portanto, um banco de sistema financeiro para empresa de segurança. Nós tivemos os conflitos na fazenda Cedro, também propriedade do Daniel Dantas, que é o principal acionista do banco Opportunity e que é na verdade um grande ladrão que grilou terra na região, que comprou diversas propriedades de terra com a porteira fechada. Esse grande capital também contrata e contrata de forma especializada. Teve o caso de um deputado federal, que é deputado federal do PTB, se envolvendo no esquema da máfia das Sanguessuga, que foi a máfia das ambulâncias. Denunciado por desvio de dinheiro público, grilou 7 mil hectares de terra

em Santa Luzia do Pará aqui na chamada fazenda Cambará. Sua empresa de segurança com jagunços armados assassinaram um trabalhador rural, torturaram um segundo trabalhador chamado José Valmeresco Soares no ano de 2014. Você teve aí a impunidade até hoje. Ficou 40 dias preso o mandante, filho do pastor deputado que permaneceu pouco tempo na cadeia. Você tem uma engenharia. Quem são aqueles que cooperam nesse sistema? Primeiro, quem opera no sistema são os pistoleiros. Quem contrata, são os chamados fazendeiros. De onde vem o grosso da pistolagem do Estado do Pará? Vem dos Estado do Maranhão. A maioria dos pistoleiros, pistoleiros clássicos que a gente conheceu na luta pela terra aqui como o chamado Sebastião da Terezona, o chamado Zé Mucura que atuava na Região do Tucuruí. A maioria desses pistoleiros vieram do Estado do Maranhão por conta da miserabilidade do Estado e por conta dessa fronteira aberta aqui no Estado do Pará. São contratados na região porque a fronteira é aberta, depois fogem para a mesma região, ou seja, esses pistoleiros atuam em diversas regiões, mas inclusive tem escalas, por exemplo, de preços de cabeças de dirigentes, padre custa determinada quantidade, advogado defensor dos direitos humanos custa determinada quantidade, lideranças dos trabalhadores rurais sem terra custa determinada quantidade, ou seja, existe inclusive tabela de preço em relação a isso. Esses pistoleiros atuam em forma clandestina, tem uma sequência grande de assassinatos que cometem não só no Estado do Pará, mas em outros Estados e transitam especialmente nessa região nossa, especialmente, no Pará, no Tocantins e no Maranhão. Quem mais atua para as chamadas empresas de segurança como já falamos? Então é muito frequente agora na atualidade a atuação de empresas de segurança que nós dizemos que é a profissionalização da antiga pistolagem. Essas empresas de segurança atuam nessas fazendas mais modernas. O chamado setor do agronegócio que atuam inclusive de forma oficial algumas, outras utilizando arma de grosso calibre que não é atribuição dessas empresas de segurança como é a dose de repetição, pistolas também que são de utilização exclusiva da polícia e das forças armadas, ou seja, armas de alcance longo, que não são de atribuições de empresas de segurança. Empresas de segurança só podem atuar no máximo com uma 38, um revólver de calibre 38. Então essas empresas atuam com cartucheira, arma de repetição enfim. Então, essas empresas que atuam oficialmente e também na clandestinidade, que são empresas contratadas do chamado agronegócio. E um outro setor que executa as operações é exatamente a polícia militar que atuam de forma oficial no caso da chacina de Eldorado do Carajás, dessa chacina agora de Pau D'Arco, mas ao mesmo tempo também atua de forma clandestina sendo contratada das mesmas empresas de segurança. Um exemplo disso? Vários dos policiais que participaram do assassinato do Fusquinha, que é Onalício Araújo Barros e do Doutor chamado Valentin Serra na fazenda Goiás II em Parauapebas no ano de 1998, já haviam participado do Massacre de Eldorado dos Carajás como oficiais e de forma oficial do massacre do Eldourado dos Carajás, ou seja, há uma repetição da atuação da polícia de forma oficial, mas ao mesmo tempo sendo contratada para fazer determinadas ações de forma clandestina por proprietários de terra. Então, digamos assim, são esses ou aqueles por conta da operação da chamada pistolagem na região e nos conflitos no Estado do Pará.

*29 de maio de 2017.
Belém, Pará, Brasil.
UFPA - Universidade Federal do Pará.*